

FLEXIBILIZAR A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Roberto Rodrigues*

Aprovada a PEC 241 que estabelece limite para os gastos públicos, várias outras reformas entrarão na pauta de discussões do Congresso Nacional tendo em vista a melhoria da competitividade interna e externa do país.

Entre essas, duas reformas de leis deverão provocar grandes debates em função das suas consequências para os trabalhadores. Uma delas, a da Previdência, já começou a ser debatida. A outra, sobre a legislação trabalhista, tem enorme importância para a melhoria das nossas condições competitivas. A atual lei foi estabelecida em 1 de maio de 1943, sendo a mais antiga e rígida em todo o mundo. Por permitir elevada subjetividade, acaba tendo grande imprevisibilidade quanto a sentenças, o que faz do Brasil o campeão mundial de processos trabalhistas, disparado.

No caso dessa legislação para o campo, então, os problemas são ainda mais severos, inclusive porque aplica normas desenvolvidas para o trabalho urbano, sem considerar as especificidades do trabalho rural. Entre uma extensa lista de questões está a confusão sobre o trabalho escravo, a terceirização, a insalubridade, o trabalho em domingos e feriados para atender a atividades indispensáveis, o calor e a radiação solar, o trabalho chamado penoso, as cotas para deficientes, as horas "in itinere", a jornada de trabalho extensiva, e a prevalência do negociado sobre o legislado. E são todos temas relevantes.

A jornada de trabalho, por exemplo, tem características próprias do campo, completamente diferentes das urbanas, por causa das variáveis incontornáveis determinadas pelas condições climáticas que ditam o timing para plantio, tratamentos culturais e colheitas. É preciso flexibilizar a jornada por causa desses fatores, e mais o manejo de animais, controles sanitários, desastres naturais, emergências, etc.

A questão do trabalho escravo precisa ser esclarecida sem permitir mais de uma interpretação. Termos como "jornada exaustiva" ou "condição degradante" são de avaliação subjetiva, e geram insegurança. Devem ser substituídas na lei pela definição da Convenção número 29 da OIT, equiparando o Brasil aos demais países do mundo.

A hora "in itinere" é uma penalização tripla ao empregador: se o local de trabalho não tem transporte público, ele é obrigado a fornecer o meio de transporte, a pagar ao empregado todo o tempo gasto no percurso e ainda computar esse tempo na jornada de trabalho. Com isso o trabalhador rural não cumpre 8 horas, como é na cidade.

Já a segurança de saúde no trabalho é regida pela norma NR31 que tem 252 itens, inexecutáveis para o pequeno produtor rural. E a NR15, por sua vez, estabelece limites de tolerância para o calor que podem extinguir a atividade agropecuária em muitas regiões do país. E ainda tem o problema das cotas para portadores de necessidades especiais, entre outros temas complexos.

Felizmente, já começa a ser aceita a prevalência do "negociado sobre o legislado", flexibilizando acordos entre patrões e empregados, mas isso precisa

ser formalizado, bem como a terceirização, essencial para trabalhos específicos como colheita e plantio.

Em suma, é preciso desburocratizar as relações de trabalho no campo, sem que isso represente precarização da segurança e da saúde ou perda de direitos conquistados. Mas a segurança jurídica decorrente da eliminação de interpretações subjetivas reduzirá o custo trabalhista, melhorando a competitividade e garantindo empregos decentes. Esta é a melhor inclusão social.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio**